



A influência estrangeira para a consolidação da República Brasileira na Revolta da Armada (1893-1894)


Foreign influence on the consolidation of the Brazilian Republic in the Revolta da Armada (1893-1894)

La influencia extranjera en la consolidación de la República Brasileña en la Revolta da Armada (1893-1894)

Melissa Mendes Caputo Vicente¹

 [0000-0002-6456-0133](https://orcid.org/0000-0002-6456-0133)

Thiago Ranieri Marcos dos Santos²

 [0009-0001-5405-6806](https://orcid.org/0009-0001-5405-6806)

Resumo: Este artigo apresenta a influência estrangeira dos Estados Unidos, de Portugal e do Reino Unido na Revolta da Armada (1891-1894) e seu papel fundamental para a consolidação da República no Brasil. Marinheiros insatisfeitos com o autoritarismo dos primeiros presidentes se mobilizaram para contestar a legalidade de seus mandatos. Buscou-se elucidar, por meio de fontes documentais, como a participação estrangeira contribuiu para o prolongamento do domínio de um regime político abalado por rebeliões.

Palavras-chave: Revolta da Armada. Interferência Estrangeira. Republicanismo.

Abstract: This article presents the foreign influence of the United States, Portugal and the United Kingdom on the Revolt of the Navy (1891-1894) and its fundamental role in the consolidation of the Republic in Brazil. Sailors dissatisfied with the authoritarianism of the first presidents mobilized to challenge the legality of their mandates. The aim was to elucidate, through documentary sources, how foreign participation contributed to prolonging the rule of a political regime shaken by rebellions.

Keywords: Revolta da Armada. Foreign Interference. Republicanism.

Resumen: Este artículo presenta la influencia exterior de Estados Unidos, Portugal y el Reino Unido en la Revuelta de la Marina (1891-1894) y su papel fundamental en la consolidación de la República en Brasil. Marineros descontentos con el autoritarismo de los primeros presidentes se movilizaron para cuestionar la legalidad de sus mandatos. El objetivo era dilucidar, a través de fuentes documentales, cómo la participación extranjera contribuyó a prolongar el dominio de un régimen político sacudido por las rebeliones.

Palabras-clave: Revolta da Armada. Interferencia Extranjera. Republicanismo.

¹ Doutoranda em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas - CPDOC/FGV. Professora Assistente da Universidade Católica de Santos - UNISANTOS. Lattes: [2397509396471939](https://lattes.cnpq.br/2397509396471939) - E-mail: melmscaputo@gmail.com.

² Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Santos - UNISANTOS. Lattes: [2166573717310780](https://lattes.cnpq.br/2166573717310780) - E-mail: thiagoranieri281@gmail.com.



Introdução

A Primeira República Brasileira, que se estendeu de 1889 a 1930, foi marcada por episódios significativos de instabilidade política, sendo um dos mais notáveis a Revolta da Armada, que ocorreu em dois momentos: logo após a medida de fechamento do congresso pelo primeiro presidente, Marechal Deodoro da Fonseca, em 1891; e o segundo momento, entre 1892 e 1894, já no mandato do também Marechal Floriano Peixoto. Estes levantes são simbólicos por terem eclodido justamente para denunciar as arbitrariedades presidenciais, questionando a capacidade dos militares para governar um país que havia rompido com seu passado monárquico (Abreu, 2018). A análise desse período revela não apenas as tensões internas, mas também os desafios enfrentados na construção de uma nova identidade nacional, refletindo as complexidades da transição republicana e a influência de nações estrangeiras na história brasileira, ao final do século XIX (Cervo & Bueno, 2012).

Longe de ter sido apenas uma rebelião mal sucedida, a Revolta da Armada se tornou uma fonte de análises críticas, pró-governo ou não, para figuras do final do século XIX, como o intelectual Raul Villa-Lobos e o diplomata Joaquim Nabuco (Nabuco, 2023). Tais análises reconhecem a presença estrangeira nas resoluções do conflito; a análise sobre as ações diplomáticas destas potências, no entanto, divergiu-se entre uma matriz favorável, com justificativas ufanistas, ou negativa, a exemplo de Nabuco, monarquista que demorou a se aproximar do regime republicano (Ricupero, 2017).

A interferência militar em assuntos civis tem sua origem apresentada a partir da vitória da classe militar sobre o Império após o fim da monarquia, além da incapacidade do Brasil em desenvolver uma democracia republicana que incorporasse a sociedade de forma igualitária nas vias econômica e política. Este fato, portanto, teria legitimado um “direito” de atuação para as alas militares, movidas por uma suposta “proteção” às instituições políticas brasileiras, com o direito de “moderar”, na visão de certos grupos, a harmonia dos poderes políticos (Carvalho, 2019).

O levantamento e a análise dos dados obtidos por meio das fontes primárias, tais como os documentos históricos produzidos à época da revolta, servirão como base metodológica para este artigo. As fontes relacionadas com a narrativa governista serão referidas como textos oficiais, posto que sua escrita se adequou à visão do poder político que



governava o Brasil naquele momento³. Portanto, cautela na análise destes materiais é extremamente necessária, tendo em vista que informações de grande importância podem ter sido ocultadas, reformuladas ou retiradas de seu contexto, com o intuito de beneficiar a imagem das figuras envolvidas com os ramos governamentais.

Este é o caso dos Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros (ou, em abreviação, RRNE), produto do período imperial e preservado nos mesmos moldes pela República. Inicialmente, estes relatórios eram apresentados oficialmente pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros à Câmara dos Deputados; a tarefa eventualmente foi transmitida ao Ministro das Relações Exteriores⁴. O texto do relatório expunha os principais assuntos envolvendo a diplomacia brasileira, juntamente de documentações de embaixadas, notas governamentais, instruções a representantes do Brasil no exterior e correspondências internacionais.

Obras complementares, como os escritos de Joaquim Nabuco, Raul Villa-Lobos e Eduardo Prado, permitem um aprofundamento nas opiniões únicas e, por vezes, divergentes, de autores interessados em debater o desenvolvimento histórico e político do Brasil durante os anos iniciais da República. Os textos, por mais que contem com passagens declaradamente partidárias, permitem traçar uma linha cronológica dos eventos, expondo os atos da diplomacia estrangeira e suas consequências para o desfecho da revolta.

Considerando o referencial teórico exposto, é possível apresentar os intensos debates que a Revolta da Armada despertou na política brasileira, fosse pelo custo sangrento da derrota rebelde ou pela inegável participação das potências estrangeiras, fato determinante para a forma como o conflito se findou. Sendo assim, este estudo subdivide-se em 5 tópicos para abordar a temática: na primeira parte, destrincha-se o contexto da Primeira Revolta da

³ Vale destacar que alguns dos autores mobilizados neste artigo demonstraram parcialidade explícita sobre determinados personagens da Revolta. Sérgio Corrêa da Costa, em *A Diplomacia do Marechal*, não esconde elogios à determinação de Floriano para consolidar o regime republicano, chegando ao ponto de dedicar páginas de seu livro para narrar, mesmo que brevemente, a história do Marechal (Costa, 2017, p. 25-29). O diplomata Joaquim Nabuco, um monarquista, tinha graves desavenças com Peixoto, sendo o seu livro uma dura crítica das ações tomadas pelo Marechal (Nabuco, 2023, p. 131- 139).

⁴ Os Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros são fontes valiosas para entender a dinâmica institucional do governo brasileiro, mas foram elaborados por figuras políticas ligadas ao Chefe de Estado, o que limita sua capacidade crítica em relação às ações ministeriais e ao Presidente. Enquanto as notas ministeriais podiam criticar diplomatas de países em desacordo com o Brasil, os relatórios, escritos por ministros das Relações Exteriores, buscavam proteger seu legado político, o que restringe sua objetividade (Coronato, 2020, p. 18).



Armada e o modo como o primeiro governo republicano lidou com o conflito. Já no segundo tópico, apresenta-se o estopim para a Segunda Revolta e o papel exercido pelo então vice-presidente Floriano Peixoto. A seguir, no terceiro item, tem-se então a exposição da efetiva participação estrangeira na contenda, para explicar o quarto subitem que trata da consolidação da República brasileira. Por fim, no quinto e último tópico, aborda-se a relevância da participação estrangeira para o desfecho da revolta.

Cumprе notar que a ortografia e as normas gerais da língua portuguesa estão adaptadas conforme o novo acordo ortográfico. Portanto, os textos antigos foram ajustados para as normas contemporâneas da língua, de forma que a leitura não embaraçasse a compreensão do leitor.

O governo Deodoro e a Primeira Revolta da Armada

A necessidade de unir os diferentes segmentos políticos brasileiros em torno da causa republicana deu espaço para que um militar detivesse o título de primeiro Presidente do país. O Marechal Deodoro da Fonseca, um monarquista quase convicto, viu-se imbuído desta missão, tendo como propósito máximo a consolidação da República no país. Todavia, os tropeços do general nos poucos anos de sua liderança como Chefe de Estado trouxeram instabilidade há muito tempo não vista no país. É necessário, entretanto, analisar as falhas do governo Deodoro para compreender a ascensão de seu vice-presidente, Floriano Peixoto, e o descontentamento dos marinheiros que levaram a cabo duas revoltas antigovernamentais.

A união das lideranças cafeeiras no sudeste brasileiro, dos republicanos históricos (responsáveis pelo Manifesto Republicano de 1870) e dos positivistas (influenciados pelas ideias do filósofo francês Augusto Comte, com forte peso nas fileiras militares) deu uma notável base de sustentação às bruscas mudanças de rumo político do país. No entanto, não demoraria para que grandes confrontações decorressem entre estes grupos, além das dificuldades de Deodoro da Fonseca em articular a sustentação de seu governo (Neves, 2019).

Deodoro aplicou táticas de censura contra opositores, fossem estes membros da imprensa nacional, rivais ou até mesmo aliados, em um contexto de alta especulação financeira e um aumento drástico da inflação (Resende, 2019). Os defensores da recém-proclamada República passaram a considerar que Deodoro arriscava a vida do regime.



Isolado, Fonseca decretou um Estado de Sítio, descumprindo os preceitos estabelecidos pela Constituição Federal. Em seguida, ordenou o fechamento do Congresso Nacional e a prisão de vários opositores (Costa, 2017).

O enfrentamento ao decreto foi bem-sucedido em decorrência da impopularidade de Deodoro. Tendo apoio irrisório por parte de governadores estaduais, o ataque final ao golpe do Marechal se deu com a revolta de parte da Marinha brasileira⁵, liderada pelo Contra-Almirante Custódio de Melo, considerado um herói nacional por sua participação na Guerra do Paraguai e que não escondia pretensões ao cargo de Presidente da República (Villa-Lobos, 2023).

Os navios da Armada, por ordem de Custódio, apontaram seus canhões para a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, e ameaçaram atacá-la, o que levaria à morte de inúmeros civis. Suas exigências eram a renúncia de Deodoro, o restabelecimento do Poder Legislativo e a restauração das predisposições constitucionais. Completamente isolado, o velho general cedeu o cargo para Floriano Peixoto, que reestruturou o apoio das bases políticas à República e afastou vários aliados do ex-presidente (Villa-Lobos, 2023).

Encerrava-se, assim, a primeira fase da Revolta. Guilherme Mattos de Abreu (2018) destaca que o movimento rebelde pode ser considerado uma revolta única com duas fases conectadas. A segunda fase da Revolta (1893-1894) contou com os mesmos atores e demandas, concluindo a queda de Deodoro como uma vitória temporária, visto que as contestações ao governo republicano não cessaram. A insatisfação dos revoltosos direcionou-se na figura de Floriano Peixoto, acusado de arrochos autoritários semelhantes ao de seu antecessor.

A ascensão de Floriano e a Segunda Revolta da Armada

Veterano da Guerra do Paraguai, Floriano Vieira Peixoto era militar de carreira e membro do Partido Liberal nos tempos do Império. Membro do gabinete ministerial do Visconde de Ouro Preto — último Presidente do Conselho de Ministros do período

⁵ Muitos membros da Marinha Brasileira se opuseram à Revolta, demonstrando que este movimento rebelde refletia as insatisfações e anseios de apenas uma parcela da Armada. O almirante Jerônimo Gonçalves, veterano da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), declarou fidelidade ao Presidente da República, liderando um grupo de oficiais e mercenários nos navios da “Esquadra de Papelão”, que foram comprados em um acordo com o governo norte-americano. A oposição a Deodoro e Floriano, portanto, estava longe de ser unânime (Abreu, 2024, p. 51-61)



monárquico —, apoiou a quartelada liderada por Deodoro da Fonseca, concluindo que poderia obter mais vantagens políticas caso a República triunfasse. Quando o Congresso Nacional realizou votações para eleger, de forma separada, o Presidente e o Vice-Presidente do país, Floriano — eleito — chegou a receber mais votos do que o próprio Marechal, o que fez crescer sua notoriedade nos primeiros anos da República (Costa, 2017).

Assumindo oficialmente o título de Vice-Presidente do Brasil e recusando-se a aceitar o título presidencial de Deodoro, Peixoto recebeu o apoio das oligarquias estaduais e dos republicanos positivistas. No entanto, a Constituição da República determinava convocação de eleições presidenciais caso o Chefe de Estado em exercício não completasse dois anos de mandato. Com a renúncia de Deodoro, aguardava-se um novo pleito eleitoral, o que foi negado pelo Vice-Presidente, disposto a cumprir seu mandato até o fim (Neves, 2019).

Tal ato irritou Custódio de Melo, que exercia o cargo de ministro da Marinha e das Relações Exteriores. A ideia de torná-lo sucessor de Floriano na presidência parecia cada vez mais distante. Outrossim, o sucesso da Primeira Revolta da Armada elevou o moral da esquadra brasileira para objetivar um segundo ataque, contando ainda com o apoio do Almirante Saldanha da Gama, militar reconhecido pela sua participação na Guerra do Paraguai e com tendências favoráveis à monarquia, o que naturalmente o tornou contrário aos autoritarismos do regime republicano (Costa, 2017).

A explosão da Revolução Federalista no Estado do Rio Grande do Sul — deflagrada entre os governistas liderados pelo republicano Júlio de Castilhos contra os rebeldes federalistas organizados pelo monarquista Gaspar da Silveira Martins — também forneceu a ideia de vulnerabilidade do governo federal. As punições exercidas por Floriano contra os rivais militares que assinaram um documento conhecido como o Manifesto dos Generais, no ano de 1892, parecia apresentar uma virada ainda mais autocrática por parte do Chefe de Estado brasileiro (Villa-Lobos, 2023).

Este cenário encorajou Custódio de Melo a lançar, em setembro de 1893, a Segunda Revolta da Armada. Em seu manifesto, acusou Floriano de organizar uma ditadura militar. As ações do governo federal contra os rebeldes sulistas também foram definidas como fratricídio. Portanto, a esquadra nacional assumia o dever de derrubar Floriano, bloqueando por mar a capital federal até que o mesmo renunciasse. Em resposta, o Senado Federal aprovou o Estado de Sítio, fornecendo amplos poderes para que o Executivo atacasse os



rebeldes, reagindo, assim, de forma oposta em relação à Primeira Revolta da Armada, ao demonstrar o apoio da máquina política ao regime florianista (Villa-Lobos, 2023).

Rapidamente, representantes das potências estrangeiras expressaram preocupação diante da situação belicosa. Comandantes da Marinha britânica, italiana, portuguesa e francesa, estacionadas na Baía de Guanabara, comunicaram-se diretamente com Custódio de Melo, solicitando que ele lhes desse a "conhecer" as operações de guerra que pudessem afetar os interesses comerciais e a segurança dos estrangeiros destas nações. Melo, prontamente, afirmou que almejaria cumprir os pedidos dos comandantes. Seria a primeira de várias participações diretas da diplomacia estrangeira na revolta naval (RRNE, 1893).

A participação estrangeira no conflito

Raul Villa-Lobos, um dos primeiros a escrever sobre a Revolta da Armada, destacou com indignação a participação diplomática exterior no confronto, dando destaque para a legação do Reino de Portugal. Tendo um governo monárquico e considerando o fato de que a família imperial brasileira era pertencente à Casa portuguesa de Bragança, a queda do Império foi extremamente mal vista pelos estadistas portugueses. Para Villa-Lobos, a derrota de Floriano seria benéfica para os monarquistas, ao passo que enfraqueceria o sistema republicano e abriria espaço para uma possível restauração, ideia defendida por Saldanha da Gama⁶ (Villa-Lobos, 2023).

Em tom acusatório contra a diplomacia portuguesa, o autor explicitou o suposto antirrepublicanismo da Coroa Portuguesa, denunciando-os como cúmplices da revolta contra Peixoto:

Dos estrangeiros domiciliados no Brasil, são os portugueses os que mais diretamente têm influído no desenvolvimento do seu meio social; quer entrando como fator numérico, quer influindo nas relações comuns de linguagem, tradição e usos que ligam os povos dos dois continentes. [...] A embaixada portuguesa, representada pelo senhor conde de Paço d'Arcos, encarregou-se oficialmente de mostrar que não lhe eram estranhos os acontecimentos de setembro, telegrafando três meses antes da revolta ao seu governo para comunicar-lhe que o marechal

⁶ Descendente da nobreza ibérica, Saldanha da Gama expressava elogios constantes ao regime monárquico e, antes da proclamação da República, ambicionava ser reconhecido por seu serviço ao Império. A queda da monarquia o impactou negativamente, pois encerrava qualquer possibilidade de adquirir um título nobiliárquico e, assim, honrar o legado de seus antepassados. O Almirante Hélio Leôncio Martins (Gama, 2009, p. 34), ao analisar o monarquismo de Saldanha, denota certa parcialidade favorável ao lado governista, acusando Gama de cegueira por suas próprias paixões pessoais, o que teria condenado diversos oficiais revoltosos após o fracasso da revolta.



Florianópolis ia ser deposto, o que levou Portugal a enviar, antes do dia 6 de setembro, a corveta Mindelo para o porto do Rio de Janeiro. Como se vê, a embaixada de Portugal no Brasil achava-se intimamente ligada aos revoltosos, pois conhecia antecipadamente as suas secretas maquinações (Villa-Lobos, 2023, p. 144-145).

A ação portuguesa de enviar a corveta Mindelo para o Rio de Janeiro permitiu a fuga de Saldanha da Gama e dos revoltosos da Marinha, com a autorização do comandante lusitano Augusto de Castilhos, em 1894. Isto foi o estopim para a quebra das relações diplomáticas entre o Brasil e Portugal, com sua restauração se dando apenas durante a presidência de Prudente de Moraes, sucessor de Floriano (Santos Jr, 2014). Não obstante, os representantes britânicos procuraram abster-se de tomar um lado no conflito, usando do artifício da neutralidade dentro de sua lógica argumentativa e dialogando com ambos os lados da contenda (Villa-Lobos, 2023).

No caso dos Estados Unidos, era nítida a preferência pela presidência de Floriano. A guinada americanista na política externa brasileira seria ameaçada com uma queda da Primeira República e, independente de realmente ocorrer uma restauração monárquica ou apenas a posse de um governo republicano formado pelos rebeldes da esquadra⁷, essas possibilidades eram consideradas arriscadas para a estabilidade dos interesses econômicos norte-americanos no país (Nabuco, 2023).

A revolta da diplomacia norte-americana aumentou devido ao fechamento dos depósitos de carvão pelos marinheiros revoltosos. A ação perpetrada por Saldanha da Gama acirrou os ânimos com o Almirante Benham, representante dos Estados Unidos, que defendeu o uso de força militar para atacar a insurgência brasileira:

Os insurgentes, de posse da ilha em que estão os depósitos de carvão de Wilson, Sons & C., baseando-se em que o carvão é considerado contrabando de guerra, proibiram as companhias, que se fornecem naqueles depósitos, de levar carvão para a cidade. Os comandantes sob a presidência do almirante Benham, em 25 de janeiro, decidiram que Saldanha da Gama não tinha o direito de impedir o comércio de carvão, e como ele anunciara que usaria de força, resolveram telegrafar aos seus governos pedindo autorização para usar também de força (Nabuco, 2023, p. 102).

⁷ A Revolta não era majoritariamente monarquista, pois contava com oficiais ideologicamente republicanos em suas fileiras. Custódio de Melo saudou a República como o início de “dias melhores” para o país (Abreu, 2018, p. 195-196). O Almirante Alexandrino de Alencar, que acompanhava Saldanha da Gama no estrangeiro durante os eventos que levaram à queda do Império, aceitou de bom grado a conjuntura republicana, assim como Eduardo Wandenkolk, que concorreu a vice-presidente nas primeiras eleições do novo regime (Gama, 2009, p. 29-32).



Não ajudou a Melo e Gama os avisos da diplomacia estrangeira, representados pelo Conde de Rosebery (primeiro-ministro britânico), se opondo a qualquer destruição da "vida e propriedade" estrangeira no Rio de Janeiro, o que intimidou a causa revoltosa diante de uma possível intervenção estrangeira e deu tempo para que Floriano Peixoto realizasse o rearmamento necessário do Exército brasileiro na defesa da capital:

Para o fim de setembro, porém, Lorde Rosebery tomou a iniciativa de propor aos outros governos que autorizassem, conjuntamente com a Inglaterra, os seus comandantes navais no Rio de Janeiro a usar de força, se preciso fosse, para impedir a destruição de vida e propriedade estrangeira nessa cidade. [...] O alvitre proposto por Lorde Rosebery foi sancionado por todos os governos a quem ele se dirigiu, menos pelo da Alemanha, que recusou intervir em uma questão estrangeira de caráter 'puramente doméstico'. A Alemanha, com efeito, não figura na reunião dos comandantes estrangeiros. [...] os comandantes estrangeiros intimaram em 1º de outubro ao contra-almirante Melo que resistiriam pela força a qualquer ataque seu contra a cidade e dessa intimação deram conhecimento ao corpo diplomático, que transmitiu ao Ministro do Exterior. Essa intervenção foi acolhida no Itamaraty com o maior contentamento (Nabuco, 2023, p. 76-77).

Dentro deste cenário, foi firmado um acordo para que o Rio de Janeiro fosse considerado uma "cidade aberta", criando uma espécie de controle naval das forças estrangeiras, com o direito de "moderar" a luta entre o governo federal e os revoltosos, o que, na prática, eliminou quaisquer ações militares agressivas por parte da esquadra. Ao mesmo tempo, Floriano garantiu o envio de armamento e de uma esquadra auxiliar com base em negociações com o governo norte-americano. A eliminação de ameaças reais de destruição da capital relaxou a diplomacia governamental, dando vantagem estratégica para os florianistas (Nabuco, 2023).

Vitória florianista e consolidação da República

A legação diplomática norte-americana conseguiu determinar um maior envolvimento na contenda. Por meio de uma ordem executiva, declarou-se a Custódio de Melo que a mercadoria neutra a bordo de navios norte-americanos seria protegida pela esquadra estrangeira. O Almirante Benham, representante dos EUA no Brasil, interpretou tal ordenamento como a permissão para o ataque à esquadra de Melo no caso de suspeitas de retaliações contra a mercadoria de seu país. A Marinha norte-americana ameaçou destruir o cruzador Trajano, liderado por Saldanha da Gama. A oposição dos representantes



diplomáticos de outros países — em especial, o Reino Unido — pouco interessou a Washington (Nabuco, 2023).

Com a recusa de Floriano Peixoto em aceitar uma capitulação, a Segunda Revolta da Armada claramente havia fracassado em seus objetivos. A fuga de Saldanha da Gama com ajuda portuguesa almejou uma última tentativa de vitória dentro da Revolução Federalista, há muito enfraquecida e responsável por um verdadeiro banho de sangue⁸. Em 1894, a rebelião foi oficialmente encerrada. Custódio de Melo teve de recorrer ao exílio; no Rio Grande do Sul, Saldanha da Gama foi assassinado um ano depois, no contexto do fim da Revolução Federalista (Flores, 2019, p. 72-75).

Floriano Peixoto, incontestável vencedor do conflito, recebeu a alcunha de “Marechal de Ferro” e de “Consolidador da República” devido às atitudes tomadas diante da rebelião da esquadra, mesmo que ao custo de execuções sumárias de seus oponentes (Neves, 2019, p. 34-36). Prudente de Moraes, sucedendo o Marechal como o primeiro presidente civil do regime republicano, manifestou, no dia de sua posse presidencial, que a Revolta da Armada:

[...] foi o mais violento abalo que se podia ressentir no regime proclamado a 15 de novembro de 1889, iniciado sob o pretexto de defender a Constituição da República e de libertar a Pátria do jugo de uma suposta ditadura militar, reuniu sob sua bandeira todos os elementos adversos à ordem e à paz pública, caracterizando-se como um movimento formidável de ataques às instituições nacionais, arvorando o estandarte da restauração monárquica. [...] Felizmente, graças à atitude patriótica, pertinaz e enérgica do marechal Floriano Peixoto, secundado pela grande maioria da Nação, parece estar encerrado em nossa Pátria o perigo das agitações, dos pronunciamentos e das revoltas, que lhe causaram danos inestimáveis, sendo muitos deles irreparáveis (Villa-Lobos, 2023, p. 349-351).

Prudente de Moraes foi constantemente ameaçado por opositores florianistas presentes nas forças armadas. O fortalecimento da oligarquia na administração nacional se deu apenas durante o governo de Campos Sales, capaz de arquitetar acordos entre as elites estaduais e seus partidos. Com a morte de seu maior representante, em 1895, o “florianismo” perdeu sua força política. Apesar das contestações de legitimidade deste sistema, a Primeira República sobreviveu até 1930, quando um golpe militar deu início a um novo regimento, de caráter nacional-desenvolvimentista e amparado na figura do gaúcho Getúlio Dornelles Vargas (Ferreira & Pinto, 2019).

⁸ Segundo Costa, (2017, p. 35), o número de soldados federalistas e republicanos legalistas mortos em combate chegaram em torno de dez mil. A vitória custosa firmou a imagem de Floriano Peixoto como o Marechal de Ferro da República.



A influência externa para o desfecho da Revolta

Organizada por elementos rebeldes da Marinha brasileira, a revolta foi bem-sucedida em sua primeira fase, ao forçar a renúncia de Deodoro da Fonseca. Floriano Peixoto, todavia, não se deixou abalar pelas pressões dos opositores: fortaleceu o apoio do Exército e do movimento republicano à sua liderança, além de arquitetar o apoio bélico dos Estados Unidos da América (Cervo & Bueno, 2012). Suas estratégias foram aplicadas em um país essencialmente fraco, visto que o Governo Federal estava em guerra contra outros grupos revoltosos no Sul do país (Flores, 2019).

A rápida ação da diplomacia estrangeira — contando com o Reino Unido, Portugal e Estados Unidos entre seus representantes mais influentes —, ao se comunicar com o almirante Custódio de Melo, impediu que o último cumprisse suas ameaças de bombardear a capital federal. Esta ação deu vasto tempo para que o governo Peixoto adquirisse todos os materiais bélicos e suplementares necessários, além da própria fortificação e defesa do Rio de Janeiro, somado a acordos com as oligarquias estaduais em defesa de sua administração. Quando, no último ano da revolta, os norte-americanos, representados pelo Almirante Benham, ameaçaram atacar a esquadra rebelde, os grupos revoltosos já estavam cambaleantes e sem recursos necessários para impor superioridade a Floriano (Costa, 2017).

Amado Cervo & Clodoaldo Bueno, em *História da política externa do Brasil*, reconheceram a importância da Revolta da Armada como um evento definidor para o regime republicano, apresentando uma explícita guinada americanista da diplomacia brasileira⁹, em sintonia com os norte-americanos, que eram vistos como o "farol civilizacional" do Novo Mundo (Cervo & Bueno, 2012).

Por outro lado, a interferência europeia foi importantíssima para o cenário estudado, com notável destaque para as ações do Reino de Portugal durante a contenda. As tentativas da diplomacia portuguesa em influenciar os rumos do conflito levaram a um rompimento de

⁹ Naiara Vasconcellos Maia explorou a colaboração norte-americana junto ao governo brasileiro, expondo os interesses econômicos da elite estadunidense sobre um Brasil fragilizado e “romanticamente” emaranhado na narrativa interamericana, sem usar das precauções que o Império brasileiro carregava sobre a aproximação diplomática dos Estados Unidos com as nações hispano-americanas, verdadeiramente motivadas para a expansão capitalista do Norte (Maia, 1982, p. 47- 49).



relações com a República brasileira, devido ao asilo concedido a revoltosos por parte dos portugueses (Santos Jr., 2014).

Sérgio Corrêa da Costa creditou os acontecimentos da revolta como razões para a descontinuidade do período conhecido como "República de Espada", e que a sucessão organizada pelo presidente Prudente de Moraes iniciou o caminho de "recuperação" do "prestígio" para a República. Ele também destacou a falta de capacidade internacionalista de Floriano Peixoto no cargo de Chefe de Estado; porém, diferiu de Joaquim Nabuco e de outros autores sobre a imagem do "Marechal de Ferro", reforçando a propaganda positiva do presidente como o "Consolidador da República" (Costa, 2017).

Raul Villa-Lobos, em seu livro datado de 1897, descreveu a si mesmo como "testemunha ocular de quase todas as peripécias da luta". Sua obra, a qual o próprio autor descreveu como um repositório de documentos comentados e que servissem de apoio para um trabalho historiográfico "definitivo", no entanto, condenou a rebelião como "antipatriótica". A importância de seu texto, por mais explicitamente ideológicos que sejam, se encontra nos repertórios, discursos, declarações, manifestos e até mesmo notas diplomáticas relacionadas diretamente com o conflito, gerando um verdadeiro recorte de época que, mesmo favorável à versão "oficial" do governo brasileiro, não pode ser dispensado (Villa-Lobos, 2023).

Joaquim Nabuco e Eduardo Prado, em contrapartida, expõem narrativas contrárias à historicidade governamental. O livro *A Ilusão Americana*, escrito por Prado, chegou até mesmo a ser censurado pelo governo¹⁰, o que demonstrou profunda irritação das autoridades militares e oligárquicas com narrativas dissidentes aos "interesses nacionais" do Brasil República (Prado, 2010). Nabuco alegou que a intervenção estrangeira foi essencial para a sobrevivência do governo Peixoto, sem a qual a segunda Revolta da Armada poderia ter obtido o mesmo sucesso da primeira. As imposições diplomáticas das potências estrangeiras, do ponto de vista de Nabuco, teriam limitado o poder da Marinha revoltosa, regulando a

¹⁰ Rui Barbosa, que compôs um dos ministérios do Marechal Deodoro, defendeu o livro de Eduardo Prado por denunciar a relação de subordinação entre o Brasil republicano e os Estados Unidos, retrocedendo décadas de uma diplomacia anteriormente soberana. Barbosa denunciou a submissão brasileira como prejudicial ao país, condenando igualmente a censura da obra de Prado, organizada pelos ministros de Floriano e até mesmo o governo português, que ansiava reparar as relações diplomáticas com o Brasil (Prado, 2010, p. 7-8).



guerra e permitindo que Floriano fortificasse a Capital e recebesse a esquadra adquirida nos Estados Unidos da América (Nabuco, 2023).

Prado defendeu uma reação contra a "insanidade" que era, na sua visão, a aproximação de laços do Brasil com os Estados Unidos. Sua defesa se pautou em supostas diferenças geográficas, culturais, religiosas e até mesmo de "índole". "A Ilusão Americana", assim sendo, levanta hipocrisias ideológicas do movimento republicano brasileiro e das tentativas de "Americanização" da política interna e externa do país. Além disso, é um trabalho de época diretamente afetado pelas censuras da política florianista (Prado, 2010).

Apontamentos finais

O presente artigo sobre a participação estrangeira na Revolta da Armada visou fornecer uma compreensão aprofundada das causas e impactos das intervenções estrangeiras nesse conflito histórico. Ao analisar a influência de potências como os Estados Unidos, Reino Unido e Portugal, foram identificadas as motivações por trás de sua intervenção, permitindo compreender as consequências práticas para a continuidade do governo de Floriano Peixoto e a consolidação do republicanismo no Brasil, ao custo da vida de diversos oficiais revoltosos, executados sumariamente e desprovidos de qualquer processo legal.

As divergências ideológicas de Saldanha da Gama e Custódio de Melo caracterizaram um movimento rebelde com fraco planejamento estratégico, divisões entre monarquistas e republicanos e adesão de apenas uma parcela dos oficiais da Armada. A enérgica resposta do Governo Federal e a construção de alianças com os representantes estrangeiros, sobretudo os norte-americanos, garantiu o fracasso da Revolta e a derrota de seus líderes.

A intervenção estrangeira, indispensável para dar tempo de resposta às forças florianistas, sepultou o oposicionismo à Primeira República Brasileira por várias décadas a seguir, coroando um sistema caracterizado por um arrocho de acordos que retardou o pleno desenvolvimento social e econômico do país por décadas a seguir.

Referências

Abreu, Guilherme Mattos de. A Marinha e as conturbações políticas das primeiras décadas da República. In: Abreu, Guilherme Mattos de (Org.) **Marinha do Brasil: Uma síntese histórica**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018. p. 194-217.



Abreu, Guilherme Mattos de. A Revolta da Armada (1893). **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, n. 112, p. 33-61, 2024.

Brasil. **Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros e Anexos (1890A)**. Brasília: FUNAG, 2023. Disponível em: [\[Link\]](#). Acesso em: 19 abr. 2023.

Brasil. **Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros e Anexos (1893)**. Brasília: FUNAG, 2023. Disponível em: [\[Link\]](#). Acesso em: 19 abr. de 2023.

Carvalho, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.

Cervo, Amado Luiz & Bueno, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.

Coronato, Daniel Rei. **Diplomatas & Estancieiros: a construção nacional brasileira e a busca do equilíbrio de poder no Prata**. Brasília: Convexa, 2020.

Costa, Sérgio Corrêa da. **A diplomacia do Marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada**. Brasília: FUNAG, 2017.

Ferreira, Marieta de Moraes & Pinto, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: Ferreira, Jorge & Delgado, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo oligárquico**. Da Proclamação da República à Revolução de 1930, Vol. 1. São Paulo: José Olympio, 2019. p. 397-428.

Flores, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: Ferreira, Jorge & Delgado, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo oligárquico**. Da Proclamação da República à Revolução de 1930, Vol. 1. São Paulo: José Olympio, 2019. p. 45-84.

Gama, Luiz Felipe de Saldanha da. Almirante Luiz Felipe de Saldanha da Gama: um perfil. In: Axt, Gunter; Martins, Hélio Leôncio & Costa, Milena Cardoso (Orgs.). **Diário e Correspondências do Almirante Saldanha da Gama**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 25-51.

Maia, Naiara Vasconcellos. A república brasileira no contexto do capitalismo internacional: a intervenção norte-americana na revolta da armada de 1893. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 8, n. 1, p. 47-62, 1982.

Nabuco, Joaquim. **A intervenção estrangeira durante a revolta: a intimação das potências, o controle naval na Bahia do Rio, a ação do almirante Benham, o asilo a bordo das corvetas portuguesas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023.

Neves, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: Ferreira, Jorge & Delgado, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo oligárquico**. Da Proclamação da República à Revolução de 1930, Vol. 1. São Paulo: José Olympio, 2019. p. 12-44.



Melissa Mendes Caputo Vicente & Thiago Ranieri Marcos dos Santos

A influência estrangeira para a consolidação da República Brasileira na Revolta da Armada (1893-1894)

Prado, Eduardo. **A Ilusão Americana**. Brasília: Senado Federal, 2010.

Resende, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: Ferreira, Jorge & Delgado, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo oligárquico**. Da Proclamação da República à Revolução de 1930, Vol. 1. São Paulo: José Olympio, 2019. p. 85-116.

Ricupero, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

Santos Jr., João Júlio Gomes dos. Entre barcos e telegramas: a crise do asilo diplomático depois do fim da Revolta da Armada (1894). **Antíteses**, v. 7, n. 13, p. 134–157, 2014.

Villa-Lobos, Raul. **A Revolta da Armada de 6 de setembro de 1893**. Brasília: Senado Federal, 2023.

Submetido em: 16 de janeiro de 2025

Avaliado em: 20 de março de 2025

Aceito em: 02 de abril de 2025